

INTERESSADO: Inácio Rodrigues Silva

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI.

RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva.

PARECER CEE Nº 268/75. CPG, Aprovado em 11/12/74. Com. ao

Pleno.

em 29/01/75 (Proc.

CEE nº 2365/74):

I- RELATÓRIO

1- Histórico:

1.1- Inácio Rodrigues da Silva, filho de João José da Silva e de d. Lídia Rodrigues de Paula, nascido em S.R. Nonato (Piauí), a 06 de junho de 1941, domiciliado e residentem rua Apeninos nº 539 aptº 16, em São Paulo, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Anchieta", solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguí-los no ensino regular de 1º grau.

1.2- É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1- Curso Primário, com 4 (quatro) séries, no Grupo Escolar "Valentim Gentil", Capital.

1.2.2- Curso de aprendizagem Industrial, com a duração de 3 (três) "graus", na Escola SENAI "Anchieta", da Capital. Estudou Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.3- Em 28 de Junho de 1958 recebeu o Certificado de Aprendizagem na especialidade Mecânico de Automóvel.

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº 19/65.

PROCESSO CEE Nº 2365/74 PARECER CEE Nº 268/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5- O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6- O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de três "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três "termos", ou ainda, de três "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Paragrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7- O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71.

2.8- Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Egrégio Conselho reconheça os estudos realizados por Inácio Rodrigues Silva no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Anchieta", da Capital, como equivalência aos cumpridos na 7ª série, podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na 8ª série do ensino de 1º grau.

A escola que acolher a matrícula do interessado deverá submetê-lo a processo de adaptação em Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, em Geografia do Brasil, História do Brasil, Geografia Geral (caso tais disciplinas não constem do currículo da 8ª série) e em outras disciplinas em que tal processo se fizer necessário.

São Paulo, 10 de Dezembro de 1974.

a) Cons. João Baptista Salles da Silva.
Relator.

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, João Baptista Salles da Silva, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, José Conceição Paixão, Therezinha Fram, Maria da Imaculada Leme Monteiro.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1974

a) Cons. Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente